

Dornelles e Sayad apontam a estratégia do Governo

O reescalonamento das dívidas do setor público e a possibilidade de um projeto de mini-reforma tributária ser encaminhado ao Congresso pelo Executivo, com a finalidade de reforçar as medidas de combate ao déficit orçamentário, são duas das medidas lembadas pelos ministros da Fazenda, Francisco Dornelles, e do Planejamento, João Sayad, em entrevistas distintas concedidas ao GLOBO, respectivamente no Rio e em Brasília. Ambos foram instados a falar sobre os mesmos assuntos e mostraram, com suas respostas, que o primeiro escalão do Governo da Nova República funciona perfeitamente afimado.

Os dois ministros concordam, por exemplo, quanto à necessidade de uma reforma tributária que garanta aos Estados e municípios a possibilidade de desenvolver programas sociais específicos — educação, saúde, transportes etc. — cuja administração pela União além de onerosa não é tão eficaz como poderia ser quando tratada diretamente pelos interessados.

Sayad e Dornelles divergem apenas numa questão. Enquanto o primeiro é defensor da tese da capitalização dos juros como argumento nas negociações da dívida externa, o Ministro da Fazenda mostra-se contrário à ideia. Para Sayad a capitalização é extremamente importante porque daria ao Governo oportunidade de gerar reservas com as quais reduziria a necessidade de novos empréstimos. Já Dornelles acredita que não há necessidade de se chegar a isso. Ele crê que seja suficiente renegociar a questão da dívida conseguindo maiores prazos para pagamento e menores spreads. E chega a brincar:

— Capitalizar os juros é a mesma coisa que jogar pôquer e fazer um four de aces contra quem tem um revólver. Só que eu não tenho um four de aces, mas o outro tem um revólver.

'O controle de preços evitou a hiperinflação e vai continuar'

O Governo conseguiu, com o controle de preços — que será mantido — reverter as expectativas de uma inflação de 400/500 por cento para este ano, garantiu o Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles. Agora, se dedicará ao corte nos investimentos estatais para consolidar o combate à inflação e encontrar recursos para programas sociais. Dornelles antecipa em Cr\$ 6,7 trilhões, ou 30/35 por cento, a redução no déficit de Cr\$ 20 trilhões previsto para as estatais. Projetos inviáveis serão paralisados. Depois de quitar, esta semana, as dívidas estatais vencidas com os bancos, o Governo iniciará a renegociação a longo prazo, de suas dívidas internas, para reduzir a pressão sobre os juros.

INFLAÇÃO

— Sabemos que a inflação não se reduz apenas com o controle de preços, pois seus efeitos não duram muito tempo. Mas nós pretendemos acionar medidas que ajudem a conter a inflação, como os cortes nos gastos públicos e a eficiência na arrecadação e utilização dos recursos fiscais. De qualquer forma, não abriremos mão dos controles de preços. Acabaremos com o congelamento, mas manteremos a disciplina sobre os preços da economia — garantiu o Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles.

Disse o Ministro que até o Diretor-Gerente do FMI, Jacques de Larosière, se rendeu a seus argumentos para justificar a volta do controle de preços, medida defendida pela ortodoxia do FMI, durante o encontro mantido semana passada, em Washington:

— Depois de duas horas de conversa, de explicar que assumimos o Governo em março com uma expectativa generalizada de inflação de 300 a 400 por cento em dezembro, ameaça de crise cambial e com o setor privado sem qualquer preocupação em conter os aumentos salariais, pois confiavam em repassar os custos para seus produtos, devido à inflação desenfreada, ele nos deu razão — afirmou.

Um dos motivos que facilitou o entendimento da medida, segundo relato de Dornelles, foi sua descrição da atuação oligopólica de alguns setores, que anteciparam aumentos. Citou o caso da indústria farmacêutica que elevou os preços em 1.000 por cento nos últimos quatro meses antes da posse da Nova República.

— Era preciso fazer alguma coisa para reverter as expectativas inflacionárias. Acreditamos que era abrir e mais a pressão psicológica inflacionária foi praticamente zero. Mas precisamos controlar melhor a formação de preços do setor público. O setor público brasileiro nunca pensou em reduzir custos para baratear seus preços, nem em melhorar a produtividade. Agora, vamos discutir todos os preços das estatais.

GASTOS PÚBLICOS

Até junho o Governo já terá uma definição dos cortes que serão feitos no setor público. O Ministro Francisco Dornelles adiantou que as despesas previstas em Cr\$ 20 trilhões deverão ser cortadas em Cr\$ 6,7 trilhões, uma economia de 30 a 35 por cento.

Os cortes serão feitos basicamente em investimentos estatais. Uma das empresas que deverão ter seus investimentos paralisados é a Nuclebrás. No caso de Itaipu, os investimentos serão tocados, para a conclusão da linha de transmissão de energia a São Paulo e Rio, pois contam com novos financiamentos do Banco Mundial.

Em princípio, os projetos que contam com novos financiamentos, ou com recursos próprios das empresas, serão continuados em ritmo mais lento. Os fluxos de caixa inviável, serão desativados e a "Sestach" que pode adiar alguns programas. Para fazer isso, no entanto, Dornelles revelou que até julho será definido todo o plano financeiro do setor público.

Segundo o Ministro, as primeiras dívidas a serem equacionadas serão da Nuclebrás, Eletrobrás, Siderbrás, Telebrás e suas subsidiárias e do DNER. Para ilus-



Quando assumi, sabia que o compromisso de crescer segurando a inflação era uma equação difícil. Mas, descartado o tratamento de choque, podemos reduzi-la pelo controle monetário e com uma política fiscal austera

FRANCISCO DORNELLES, Ministro da Fazenda



'O pessoal do CIP já está até construindo sede própria...'

BRASÍLIA — O Ministro do Planejamento, João Sayad, mandou um aviso aos empresários: não adianta bater em sua porta para pedir aumento, pois o controle de preços "veio para ficar" e será mantido pelo Governo. Ele chegou a brincar sobre o assunto, afirmando que o "pessoal (do Conselho Interministerial de Preços, CIP) já está até construindo sede própria..."

O Ministro anunciou também a possibilidade de o Governo encaminhar ainda este ano ao Congresso Nacional um projeto de mini-reforma tributária destinada a ajudar Estados e Municípios a enfrentarem sua grave crise financeira.

INFLAÇÃO

O GLOBO — Existe uma expectativa, que ainda não é muito forte, mas está se fortalecendo, de que os preços administrados, hoje sob controle, vão estar controlados pelas greves.

Sayad — Não há razão para o estouro. Primeiro porque não vamos deixar. Segundo, porque não há necessidade, nem nos derivados de petróleo nem na energia elétrica. Existiu uma margem para fazer isto.

O GLOBO — Mesmo sem comprometer a rentabilidade destas empresas? E as suas políticas de investimento?

Sayad — Em algumas empresas, mesmo sem comprometer.

O GLOBO — Ha quem acredite que o controle de preços está sendo artificial e quando eles forem liberados haverá uma grande alta nos produtos industriais, por exemplo. O senhor garante que não há um represamento?

Sayad — Primeiro, nós vamos continuar atuando. Segundo, não há razão para haver saltos. A razão apresentada seria com relação aos preços públicos. Nós conseguimos impedir este salto. Agora, o controle de preços já teve sucesso. Nós não estamos apenas pensando numa redução cada vez maior da taxa de inflação, mas conseguimos evitar uma explosão da taxa, como estava ocorrendo. Já há um dado positivo. E vamos trabalhar por algo mais forte e mais ordenado para obter uma redução significativa da inflação.

O GLOBO — O senhor falou em algo mais forte. O que seria?

Sayad — Nós precisamos trabalhar com um programa completo que seja submetido antes ao Congresso, à opinião pública, para se ter uma estratégia mais coordenada da redução da taxa de inflação. Isto significa a redução dos juros, o aumento da carga tributária, o anúncio dos cortes dos gastos para minorar o déficit público e, aí, continuar uma política de rendas, de controle de preço, que é muito importante.

O GLOBO — Este controle, o senhor espera que dure até o fim do ano?

Sayad — Acho que veio para ficar. Pelos menos o CIP está comprando sede própria.

DÍVIDA EXTERNA

O GLOBO — Como o senhor vê o nosso café hoje perante os bancos credores para a renegociação dos juros?

Sayad — Olha, este é um Governo que tem o apoio da opinião pública e do Congresso. E um Governo politicamente bem situado. Isto dá uma força muito grande para a negociação. O Ministério da Fazenda não está negociando no nome dele, nem eu no meu nome. Estamos negociando em nome do País, com o apoio do Presidente da República. Então, as propostas que forem levadas ao FMI e aos bancos vão ser aprovadas pela Nação. É uma coligação que dá muita força.

O GLOBO — Quer dizer que o senhor não considera a roposta de capitalização parcial dos juros uma proposta romântica?

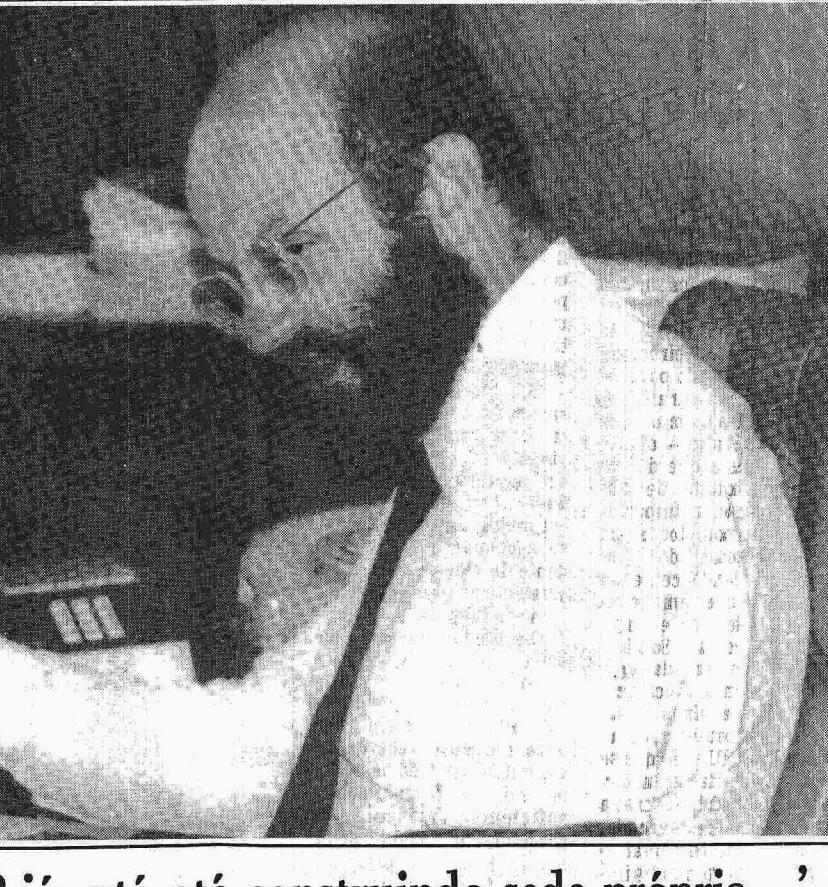
Sayad — Romântica? Ela pode ser romântica se o banqueiro não quiser dar, mas vejo que é uma necessidade imperiosa e o Brasil tem que batalhar por isto. Ele não precisa disto, do ponto de vista financeiro, do balanço de pagamentos, mas precisa de uma atitude mais complacente dos bancos com relação às suas dificuldades.

O GLOBO — Apesar da posição contrária dos bancos, nós vamos lutar pela capitalização?

Sayad — E o presidente asso. O presidente é muito modesto. Nós vamos, através deste programa, avaliar também como as áreas sociais funcionam admi-

Precisamos trabalhar com um programa completo que seja submetido ao Congresso e à opinião pública para ter uma estratégia mais coordenada no combate à inflação. E aí o controle de preços é muito importante

JOÃO SAYAD, Ministro do Planejamento



TAXAS DE JUROS

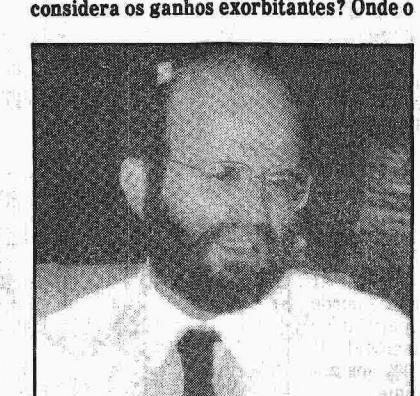
O GLOBO — Como o senhor espera reduzir a taxa de juros com uma política econômica que prevê uma emissão maciça de títulos públicos no mercado? Esta semana o Banco Central colocou Cr\$ 6 bilhões...

Sayad — Ele colocou porque a gente precisa de dinheiro. Vamos tentar precisar de menos dinheiro. E vamos ver se conseguimos, através desta redução do déficit público, transferir recursos. Isto é fundamental para o controle de preços.

O GLOBO — Quer dizer que a redução da taxa de juros passa pelo controle do déficit público e por uma elevação da carga tributária?

Sayad — E preciso também uma política monetária menos agressiva. Ela pode ser menos agressiva se dermos pelo menos o primeiro passo para a redução dos juros.

O GLOBO — Como o senhor vê hoje os ganhos do mercado financeiro? O senhor considera os ganhos exorbitantes? Onde o



Governo poderá tirar um pouco mais, através do imposto?

Sayad — Não, eu não vejo. Acho que a grande preocupação do Governo é lutar pela redução da taxa de juros. Tentar uma taxação nesta área pode ter repercuções negativas sobre as taxas de juros, aumentando-os. Eu não recomendaria. Todo esforço na área tributária é para reduzir as taxas de juros, a curto prazo.

REFORMA TRIBUTÁRIA

O GLOBO — O senhor vem recebendo algumas críticas por ter deixado para a entrega do documento sobre a reforma tributária ao Congresso. Argumentam os políticos que a reforma, sendo analisada e aprovada pelo Congresso em 86, só passaria a vigorar em 87, quando boa parte dos atuais Governadores não participaria mais desta redissensão. Por que o Governo está adiando a questão para 86?

Sayad — Bom, primeiro, a questão da reforma tributária não é restrita ao Poder Executivo e muito menos ao Ministro do Planejamento. E uma questão viva e muitas propostas estão em andamento no próprio Congresso Nacional. O nosso esforço é para que a nossa proposta se articule com as que estão no Congresso Nacional e que tenhamos uma sugestão de reforma tributária equilibrada. Então, nós queremos trabalhar conjuntamente com o Congresso, as associações de municípios, os Secretários de Fazenda. Aliás, o próprio decreto de constituição da Comissão da Reforma obriga qualquer proposta, na área do ICM, a ser aprovada pelo Confaz e, na área de impostos municipais, a ser aprovada pelo Conselho de Secretários de Finanças Municipais.

O GLOBO — Quer dizer que não está descartada a hipótese de uma ministração ainda este ano?

Sayad — Eu acho que não está.

O GLOBO — Já existe algum esboço?

Sayad — Não. A comissão se reuniu três vezes e definiu o grupo de trabalho. A reforma tributária é uma questão complexa, quando se analisa inteiramente. Tem imposto indireto — ICM, IPB, ISS — imposto sobre patrimônio; a questão do federalismo, as contribuições sociais.

O GLOBO — Como o déficit público de Cr\$ 84,9 trilhões influirá na reforma tributária?

Sayad — A comissão da reforma tributária tem duas preocupações. Primeiro, aumentar a progressividade da carga tributária no país. Segundo, nós precisamos aumentar a carga tributária. Ela precisa. Precisamos ter uma elevação.

O GLOBO — Mas será uma elevação da carga tributária que atingirá os assalariados?

Sayad — Nossos esforços tem que ser para evitar isso.

Entrevista a CELSO ITIBERÉ e GILBERTO MENEZES CORTEZ